

capa

Caio Santo Amore

# Da Refavela ao Koyaanisqatsi

duas músicas para o pó, a lama e o “CAUS”

## RESUMO

Trata-se de uma crônica-homenagem a um grupo de jovens assessores e assessoras técnicas populares que vem atuando na região metropolitana do Recife, Pernambuco, a partir da experiência de uma breve visita a dois assentamentos populares sujeitos a violências sutis, a ameaças de remoção e a extinções físicas levadas a cabo: a ZEIS Caranguejo Tabaiães e o Conjunto Muribeca, em Recife e em Jaboatão dos Guararapes. O relato traz à tona o sentido da palavra favela como tema gerador da pedagogia freireana e procura estabelecer uma relação entre a demolição de um conjunto habitacional de mais de duas mil unidades numa metrópole do nordeste brasileiro e o famoso caso estadunidense do Pruitt-Igoe, em St. Louis. Assim, aponta para algumas das contradições das políticas habitacionais recentes no Brasil e para as lacunas de formação para lidar com as dimensões pouco tangíveis das necessidades habitacionais nesse país continental.

**Palavras-chave:** Favela; Habitação; Assessoria Técnica; Caranguejo-Tabaiães; Muribeca.

## ABSTRACT

It is a chronicle-tribute to a group of young technical assistant who has been working in the metropolitan region of Recife, Pernambuco, since the experience of a brief visit to two popular settlements subjected to subtle violence, threats of evictions and physical extinctions carried out: the ZEIS of Caranguejo Tabaiães and the Muribeca Housing Project, in the cities of Recife and Jaboatão dos Guararapes. The critical report brings to light the meaning of the word favela as a generator theme of Paulo Freire's pedagogy and try to establish a relationship between the demolition of a housing project with more than two thousand units in a metropolis in Brazilian northeastern and the famous United-State's case of Pruitt-Igoe, in St. Louis. Thus, it points to some of the contradictions of recent housing policies in Brazil and to the professional qualification gaps in dealing with the slightly tangible dimensions of housing needs in this continental country.

**Keywords:** Favela, Housing, Technical Assistance, Caranguejo-Tabaiães, Muribeca.

## Caio Santo Amore

é professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

caiosantoamore@gmail.com

## PARA COMEÇAR O PAGODE

CAUS é o coletivo e a cooperativa, masculino e feminino, sigla e substantivo, nome e palavra das possibilidades e impossibilidades de se exercer a Arquitetura e o Urbanismo social numa metrópole do nordeste brasileiro. CAUS é Arquitetura, Urbanismo e sociedade. É o grupo de pessoas arquitetas e urbanistas, formadas e em formação, como todos os bons arquitetos, assessores técnicos populares com atuação recente na cidade do Recife, Pernambuco, Brasil.

Estive em Recife no fim de setembro de 2019 para participar de um evento acadêmico<sup>1</sup> e fui guiado por esses jovens a conhecer dois assentamentos populares que vêm sofrendo, de diferentes modos, impactos de remoções que ocorrem de modo violento. Voltei a Recife no mês de fevereiro de 2020 e durante alguns dias mantive novos diálogos com esses jovens; visitei novamente um desses assentamentos, além de conversar longamente com alguns moradores do outro, que tinha conhecido na visita do ano anterior.

O que acontece em Recife atualmente não são “remoções forçadas”, como se classificam internacionalmente certas ações. Como procuro mostrar aqui, a justa agenda internacional de defesa de direitos não dá conta de uma tecnologia brasileira de violências sutis. Foram duas visitas breves, mas que me tocaram profundamente. Também tocaram a minha amiga-irmã na missão de docência-pesquisa-extensão na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, a professora Karina Leitão, com quem troquei todas as impressões e reflexões que me ajudaram a construir essa espécie de “crônica-homenagem”, especificamente voltada a esse grupo pernambucano, mas extensiva a outros três grupos do Nordeste que vêm se aventurando na assessoria técnica popular.

CAUS, no Recife, Taramela, em Fortaleza, Escalar, em Salvador e LabRua, em João Pessoa, são uma novidade no campo da assessoria técnica, da luta pela popularização do trabalho de Arquitetura e Urbanismo. É assessoria técnica, política, popular. Fogem da sigla ATHIS, que inventamos na Peabiru<sup>2</sup> por ocasião das oficinas que foram realizadas no estado de

São Paulo entre 2015 e 2016 e que se espalhou pelas ações do CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) em vários estados, com algumas apropriações bem distintas. Aquela sigla, de algum modo, se associava tardiamente a um conjunto de outras siglas que organizavam uma expectativa-esperança de política pública de habitação abrangente e capaz de transitar pelos diversos níveis federativos: do Sistema Nacional (SNHIS), com seu Fundo (FNHIS), que poderia ser mobilizado a partir de leituras das realidades e proposições de soluções nos Planos (PLHIS), também com seus fundos e conselhos locais. Provavelmente foi a sigla que já nasceu velha, diante do nosso contexto atual de desmonte.

A articulação desses quatro grupos já foi capaz de realizar o primeiro Fórum de Assessorias Técnicas Populares do Nordeste, entre 6 e 9 de fevereiro de 2020. No evento, foram apresentadas e debatidas experiências de todos os lados, mas com o reconhecimento de uma centralidade regional. O que ocorreu nesses dias em Recife é algo muito importante, que ainda deverá ser absorvido, refletido, sistematizado. Por enquanto, restrinjo-me a admirar todos esses jovens e a ver nessa iniciativa a esperança freireana, do verbo esperar.

## REFAVELA/DESFAVELA

Entro no carro e me acomodo no banco de trás. Na frente, Manoela (que reclama de ser a única motorista) e Vitor (que conheci mais jovem, sem o bigode que se esforça em lhe dar uma aparência de rapaz mais velho, como se a juventude lhe diminuísse a autoridade). Manoela liga o rádio e, numa estação aleatória, o baiano Gil canta “Refavela” na versão original. Invoca as deusas negras naquele vocalize, onomatopeia cheia de significados: *Iaiá kiriê, kiriê iaiá*. A canção, como se sabe, integra o álbum homônimo, lançado em 1977. Minutos antes, Luan lembrava de uma fala de Nego Bispo, me apresentava a esse piauiense tradutor do pensamento quilombolista, para dizer que a ideia de “coincidência”, da crença no acaso, é estratégia do colonizador para diminuir o poder das “confluências” e “transfluências”, dos rios e dos fluxos que se encontram na terra ou no movimento das águas pelo céu.<sup>3</sup> Manoela, Vitor e Luan integram a equipe da CAUS<sup>4</sup> e me guiavam para co-

1 XXV Encontro da Rede ULACAV (Rede Universitária Latino-americana de Cátedras de Vivienda), realizado em Recife-PE entre os dias 25 e 28 de setembro de 2019.

2 Peabiru – trabalhos comunitários e ambientais é uma ONG de assessoria técnica com atuação na região metropolitana de São Paulo em que atuo como arquiteto e urbanista há mais de vinte anos. As Oficinas ATHIS foram realizadas entre dezembro de 2015 e maio de 2016 com o objetivo de mobilizar saberes e sensibilizar poderes públicos e entidades participantes nas seis cidades (Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos, Bauru, Campinas e São Paulo).

3 Ver Antonio Bispo dos Santos. “Somos da terra”. *Piseagrama*. Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, 2018. Disponível em: <https://piseagrama.org/somos-da-terra/>, acesso em outubro de 2019.

4 A CAUS (Cooperativa Arquitetura Urbanismo & Sociedade) é formada por nove arquitetas e arquitetos urbanistas ou estudantes de Arquitetura e Urbanismo já em fase de conclu-

nhecer o Recife. Eu sentia ali, naquela canção que tocava, naquele momento, naquela estação aleatória, o poder da sintonia, como se fosse uma transfluência que não se faz com matéria fluida, mas com as ondas eletromagnéticas que reproduziam os versos que transcrevo aqui em prosa acadêmica

“A refavela revela o salto que o preto pobre tenta dar quando se arranca do seu barraco para um bloco do BNH.”

Nós, matéria, 70% água, confluíamos. Saíamos de Caranguejo Tabaiães, uma favela, barracos construídos no bairro da Ilha do Retiro, área central do Recife, para a Muribeca, um conjunto de “blocos do BNH” (Banco Nacional de Habitação), localizado em Jaboatão dos Guararapes, a dezoito quilômetros ao sul.

Depois de ter andado durante algumas horas pelas vielas de Caranguejo, depois conhecer um par de casas, depois de comer a feijoada na calçada “beira canal”, depois de ter encontrado com Sarah, Dani,

Sócrates, Reginaldo, outras lideranças e moradores daquele lugar, depois de escutá-las em intervenções feitas naquele evento acadêmico que me trouxera a Recife, eu enunciava a palavra “favela” com todos os seus fonemas, com a licença e a deferência que nos cobrava Sarah, dirigindo-se, com seu corpo negro e sua voz potente, às autoridades públicas, aos pesquisadores e professores: “eu posso chamar aquele lugar de ‘favela’, vocês não! Respeitem a favela!”. Dani, sua vizinha-irmã, mostrando a sua casa em obras, duas lajes sobre a casa da mãe, também dizia, com sua voz mansa: “eu amo a minha favela, não quero sair daqui”.

Favela era, para mim, visitante eventual, privilegiado por aquelas companhias, palavra geradora! Não por acaso a primeira entre as dezessete que o pernambucano Paulo Freire relacionou no programa de alfabetização para o estado do Rio de Janeiro, no Sudeste. Favela, para o patrono da educação brasileira, era a “situação problemática” e a sua nomeação, no Rio de Janeiro da primeira metade dos anos de 1960, era um meio para discutir sobre os “problemas da habitação, da alimentação, do vestuário, da saúde e educação”<sup>5</sup>. Certamente, aquela favela em que eu pisava naquele momento, com seus mais de cem anos de história não é a mesma da época em que Paulo Freire escrevera, no exílio (ou pisando em outras terras), aquele livro. Ele saberia que na favela contemporânea da sua terra natal também se lê “tijolo”, não por acaso outra primeira palavra geradora.<sup>6</sup> Ele saberia discutir, a partir dessa palavra, porque o bloco cerâmico furado é chamado “baiano” no “Brasil do Sul”,<sup>7</sup> levantaria questões sobre o preconceito regional e de classe que diminui o papel do trabalhador que construiu as cidades. E, sem muito esforço, dos fonemas ta-te-ti-to-tu + ja-je-ji-jo-ju + la-le-li-lo-lu se geraria “laje”, palavra e construção, para a situação-problema da verticalização e do adensamento das moradias que consolidaram esses assentamentos no país, que se urbanizou a taxas impressionantes entre os anos 1960 e 1980. Eu pensava favela, reaprendendo mais uma vez o seu significado pelas vozes de Sarah e Dani. Na cozinha recém-rebocada de Dani, eu a ouvi dizer que não tinha leitura. Percebia que “favela” e “tijolo” ainda são “situações-problema” capazes de organizar a educação popular de gerações de

Figuras 1:  
Caranguejo  
Tabaiães



Fonte: Marco Zero Conteúdo, fotos de Isabel Campelo, disponíveis em <https://marcozero.org/ameacada-e-esquecida-pela-prefeitura-caranguejo-tabaiães-resiste-ao-despejo-feito-as-presas/>, acesso em outubro de 2019.

são do curso: Bruno Fonseca, Clara Melo, Luan Melo, Luana Alves, Manoela Jordão, Matheus Nascimento, Pauline Paixão, Vitor Araripe e Wallace Rodrigues.

5 Paulo Freire. **Educação como prática da liberdade**. 44ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. Apêndice, p. 183.

6 “Figuremos a palavra ‘tijolo’ como a primeira palavra geradora, colocada numa situação de trabalho em construção”. *Idem*, Cap. 4, Educação e conscientização, p. 153.

7 Referência ao filme *Bacurau*, direção de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles (Bra, 2019).

Figuras 2: Diafilme da palavra geradora “favela” no Programa de Alfabetização para o Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Centro de Referência Paulo Freire, disponível em <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/656>, acesso em outubro de 2019.

brasileiros que não têm leitura: ler o mundo e ler a palavra, palavramundo.<sup>8</sup>

Um decreto de utilidade pública que a prefeitura havia sancionado recentemente aumentava a insegurança entre as famílias moradoras de Caranguejo Tabaiães<sup>9</sup>. O projeto de uma via beirando o canal e os prédios novos do bairro parecem ameaçar a favela, querem fazê-la sumir do mapa, justamente na cidade que pela primeira vez reconheceu esses lugares como parte da cidade oficial. As ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) foram expressão das lutas nos bairros, da organização de base e, desde os anos de 1980, ficaram marcadas nos mapas, na reivindicação e no autorreconhecimento dos moradores de “áreas ZEIS” como portadores de direitos urbanos.

Mas não há tempo que não seja de luta em *Bacurau*<sup>10</sup>. No filme, o velho professor fica surpreso diante de seus pequenos estudantes quando não encontra a cidade no mapa, visualizada no seu *tablet* ou na grande TV de tela plana que está na sala de aula da escolinha daquela pequena cidade, que está repleta de *gadgets* e eletrônicos, mas sofre com a falta de água. A cidade de Bacurau tinha estado lá, mas sumiu de repente, em nome dos interesses de novos colonizadores. São opressores locais, nacionais e estrangeiros.

Em Caranguejo, a extinção que assombra não é a dos aplicativos de georreferenciamento. Os estrangeiros locais, moradores do Recife, também podem passar pelas ruas do bairro da Ilha do Retiro e não ver que “atrás do Sebrae” ou da Escola municipal, “no fundo do terreno dos médicos”, há centenas de casas e pessoas. Sumir do mapa não é apenas sumir da vista, mas, de fato, desaparecer. É extinção física! No

perímetro do decreto, há casas completamente demolidas, outras sem cobertura e sem janelas; algumas ruínas são reocupadas, enquanto o entulho – que é chamado “metralha” naquelas terras, numa impressionante crueldade semântica regional – permanece.

Convencimento dos moradores de que sair é a melhor solução, demolição das casas vazias, preferencialmente intercaladas entre aquelas que procu-



Fonte: <http://www.revistarevestres.com.br/blog/luanasena/nao-perde-por-esperar/>, acesso em outubro de 2019

Figura 3: Na cena de Bacurau, professor procura a cidade no mapa com seus estudantes.

ram resistir ou negociar as condições para remoção, paredes internas expostas, como feridas, montes de entulho deixados propositalmente, meio propício para a proliferação de animais. As práticas se repetem em diferentes lugares do país.<sup>11</sup> Paredes no chão, outras em pé, ainda revelam azulejos do que foi um banheiro ou uma cozinha; quadrinhos e inscrições; um chinelo e objetos pessoais lembram que aquele

8 Paulo Freire. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1981.

9 Informação das moradoras e da equipe da CAUS, complementada pela reportagem de Raíssa Ebrahim no portal Marco Zero Conteúdo, disponível em <https://marcozero.org/amecada-e-esquecida-pela-prefeitura-caranguejo-tabaiães-resiste-ao-despejo-feito-as-pressas/>, acesso em outubro de 2019.

10 *Idem*. Nota de rodapé 7.

11 No documentário “É o que eu penso e é o que eu vejo”, realizado pela assessoria técnica Peabiru, o depoimento do defensor público Jairo Salvador sobre o caso do Banhado, em São José dos Campos, parece organizar essa espécie de manual da remoção e extinção física de territórios populares, tacitamente seguido pelos órgãos públicos. Disponível em <https://vimeo.com/227310814>, acesso em outubro de 2019.

“resíduo inerte” era a casa de pessoas. A metralha não é só o resto, é arma e parte de uma tática, de uma tecnologia, procedimento de guerra contra os territórios populares para tentar evitar a reocupação e, ao mesmo tempo, manter o clima de terror.

Por isso Dani, naquela cozinha ainda em construção, dizia amar a sua favela e se recusava a sair de lá ou ver aquela área sumir também do mapa. Ela mantém firme a esperança de que vai fazer, na segunda laje, no terceiro pavimento, o dormitório para os quatro filhos. Dormitório que ela nunca teve nos seus 33 anos de vida, exceto quando trabalhou como “babá que dorme” e se obrigou a deixar de cuidar de seus próprios filhos para cuidar de filhos da elite pernambucana.

Sarah já previa que a casa de D. Teresinha, sua vizinha, sumiria do mapa. Se a casa ainda não tinha sido completamente demolida, era a presença de D. Teresinha que ia sendo apagada, com a transferência dela e da família para um apartamento no Conjunto Habitacional Casarão do Barbalho, onde estão sendo produzidas quase quatrocentas unidades habitacionais, no bairro de Iputinga, praticamente à beira do Rio Capibaribe, distante sete quilômetros de Tabaiars. Sarah recorre à sua própria memória sobre como aquela vizinha cuidava dos seus horários de saída e chegada em casa. Mantém D. Teresinha presente, lembrando de como ela, antes de se mudar, se desculpou (e, portanto, se culpou) por não ter resistido à oferta e às investidas da prefeitura.

O decreto foi revogado antes do fim de 2019, depois de uma importante articulação dos moradores, com incidência em cada espaço público de debate no Recife, com apoios diversos nas redes sociais. Interromper o ciclo de demolições foi como uma trégua, um respiro. Mas a expectativa de uma intervenção completa, com urbanização, saneamento do canal que recebe os dejetos de toda a cidade, com solução para as moradias mais precárias, provisão habitacional nos vazios inseridos naquela ZEIS... tudo isso ainda está distante de se concretizar. Não há tempo que não seja de luta em Bacurau.

Os vazios vão sendo paulatinamente reocupados e Flora, outra moradora de Caranguejo, sabia disso antes mesmo da revogação. Enquanto ela tentava fechar com uma telha “brasilit” usada o vão que fora de uma porta em uma casa semidmolida, contava que o conjunto para onde as famílias estavam indo era muito violento, que “mataram um rapaz esses dias”. Não poderia ser muito diferente: o habitacional recebia famílias que vinham de diversas áreas de remoção da cidade. E famílias desterradas levam décadas para consolidar suas vidas nesses assentamentos inventados pela ação do Estado.

## KOYAANISQATSI

Sombras passam rapidamente por fachadas dos altos edifícios, depois pelos edifícios vistos do alto. São sombras de nuvens, e o som do vento inaugura a música. Cidade moderna iluminada pelo sol, fachadas vistas de longe, desde o mar; depois em detalhe, com a câmera que passeia por entre os prédios sem horizonte. A música é delicada, em baixo volume, mas tensa. Imagens de edifícios em ruínas começam a surgir e a música sobe. São edifícios construídos em tijolos, três ou quatro pavimentos. Há escombros pelo chão, mas a câmera se movimenta e mostra que há pessoas ali: três senhores negros estão sentados no que resta dos degraus de acesso ao edifício parcialmente demolido, crianças se divertem em uma poça d’água e alguns homens se aproveitam da água jorrada de um hidrante para lavar umas roupas e um automóvel. Em outra cena, uma mulher come algo, debruçada na janela com os prédios em ruínas ao fundo. A câmera, então, nos leva para dentro de um apartamento. Está vazio. É nitidamente um outro lugar, outra arquitetura, com janelas do chão ao teto, onde não se debruça e onde um trapo de cortina balança. Vamos sendo apresentados àquele ambiente: dois escorregadores de um parquinho abandonado, janelas quebradas. O andamento da música muda, o ritmo aumenta com a revoada de alguns pássaros ao longe, alçando-se ao céu pelos espaços não construídos entre os edifícios. Do alto, justamente da perspectiva *eye-bird*, percebe-se que se trata de um grande conjunto habitacional com prédios alongados de uns dez pavimentos. Está tudo vazio. Janelas quebradas, muitas, mostradas de longe e de perto. O coral entra na música, como se nos trouxesse a humanidade que falta às imagens. As vozes cantam em desespero. Começam as implosões. Aqueles prédios ruem e somem em nuvens de pó. Muitas outras construções implodidas: guindastes portuários, ponte, prédios, vários prédios... tudo some em nuvens de pó. A tensão da música aumenta acompanhando as implosões. A câmera nos leva para dentro da nuvem de pó. Voam cacos de objetos que já não se identificam: cacos e pó. A música estanca. É como se o desespero tivesse passado, como se houvesse resignação. A música volta lenta, calma, para apresentar outras nuvens. Como no início da cena, elas se movimentam rapidamente e deixam entrever a silhueta de uma cidade ao longe. Prédios novos, fachadas espelhadas, refletem as nuvens e encerram o movimento.<sup>12</sup>

12 Descrição própria de trecho e faixa “Pruitt-Igoe”, do filme e da peça musical *Koyaanisqatsi*, direção de Godfrey Reggio, cinematografia de Ron Fricke e música de Philip Glass (EUA,



Figuras 4:  
Pruitt-Igoe,  
vista aérea  
e demolição

Fonte: Archdaily, disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/01-21785/cinema-e-arquitetura-filme-the-pruitt-igoe-myth-an-urban-history>, acesso em outubro de 2019.

As linhas acima descrevem um trecho do filme e da peça musical *Koyaanisqatsi*, de autoria dos artistas estadunidenses Godfrey Reggio e Philip Glass, diretor e compositor da obra. O filme é de 1982 e boa parte dessa cena é dedicada à implosão do conjunto habitacional Pruitt-Igoe, que ocorrera em 1972 em St. Louis, estado do Missouri, Estados Unidos. “Infame” é o adjetivo que mais se encontra na literatura arquitetônica para caracterizar o conjunto projetado por Minoru Yamasaki para abrigar as famílias removidas das “slums” (que não se pode traduzir simplesmente como favelas), dos edifícios encortiçados no centro da cidade pelo rápido crescimento populacional no início dos anos de 1950. Um crítico de arquitetura, o inglês Charles Jencks, chegou a considerar que a implosão e demolição desses trinta e três edifícios marcaram hora, dia, mês e ano do fim da arquitetura moderna;<sup>13</sup> xeque-mate nos princípios da universalização e da padronização como forma de atendimento habitacional das populações mais pobres e, de algum modo, no próprio Estado de Bem-estar Social. Os argumentos para o desfazimento daquelas construções se baseavam nas altas taxas de criminalidade, na recorrente ausência de manutenção que criou as condições precárias e inabitabilidade do conjunto, menos de vinte anos após a sua inauguração. Como se apagar a existência do conjunto, transformá-lo em pó, pudesse esconder sob o tapete não apenas o completo abandono de populações pobres à própria sorte, mas a sua submissão a interesses

que mudam com a direção do vento.

Mas havia vidas naquela arquitetura. Um filme dirigido por Chad Freidrichs<sup>14</sup> recupera o histórico da construção do conjunto no contexto da industrialização e crescimento demográfico de St. Louis, da decadência econômica, depressão demográfica e da segregação social-racial-territorial a que as pessoas que viviam lá foram submetidas. E se faz a pergunta: “o que deu errado?” O depoimento emocionado de Valerie Sills, uma ex-moradora, fecha o filme:

Eu vejo Pruitt-Igoe na minha mente. Tento não pensar nos tempos ruins. Gosto de pensar nos tempos bons. Eu posso vê-lo. É como quando você é uma criança e você se lembra do seu primeiro Natal. Você se lembra de cada coisa daquele Natal, se lembra de cada brinquedo que você ganhou. Eu me lembro de Pruitt-Igoe, eu me lembro das luzes de Natal, eu me lembro da neve, eu me lembro da chuva, eu me lembro das pessoas, eu me lembro das pessoas batucando, eu me lembro das festas, eu me lembro de dança na rua, eu me lembro de pedalar minha bicicleta, lembro de correr morro abaixo. Era a nossa casa!<sup>15</sup>

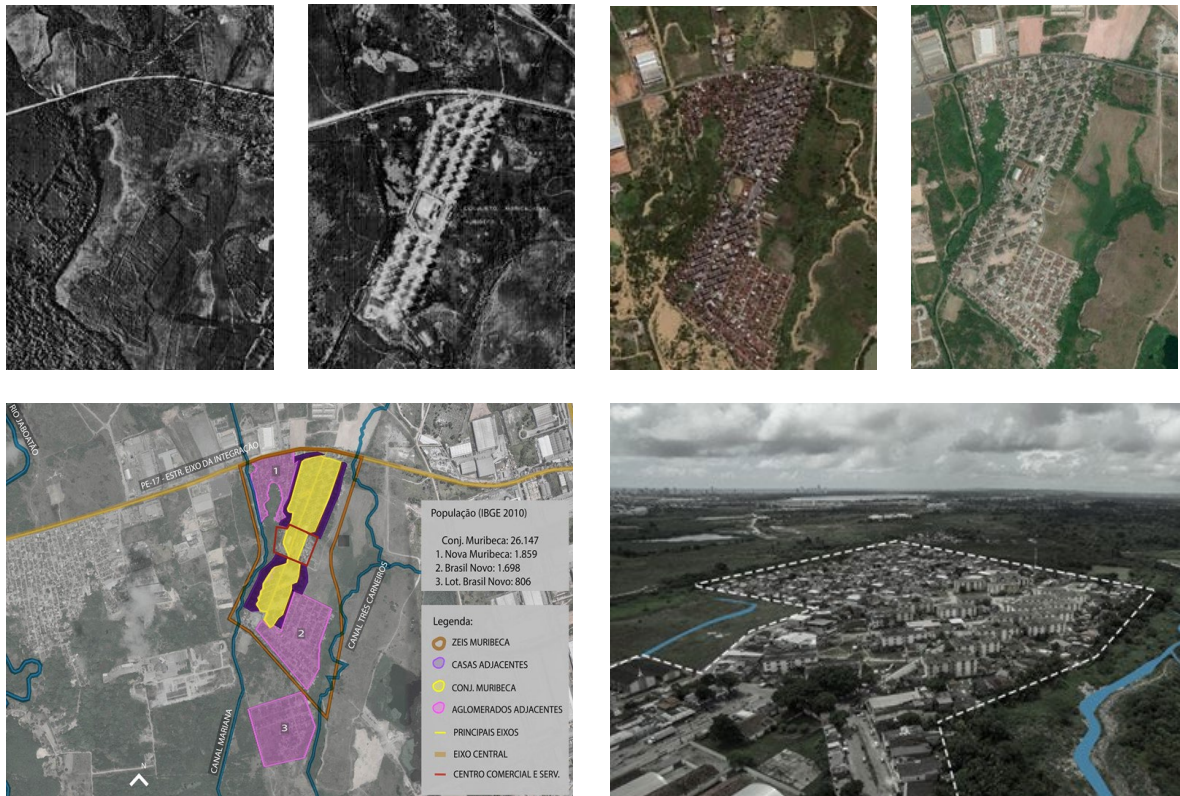
Quarenta anos depois, no hemisfério sul, de Missouri a Pernambuco, Muribeca é Pruitt-Igoe redivivo. Os blocos do BNH, que Gil anunciava na rádio aleatória no início do nosso percurso de um assentamento a outro como o “salto que o preto pobre tenta dar”, foram construídos e inaugurados no início dos 1980. Seguiam a receita do desenvolvimentismo à

1982). Trecho descrito disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t29fgA5M7VA>, acesso em outubro de 2019.

13 A frase de Jencks é: “A arquitetura moderna morreu em St. Louis, Missouri, em 15 de julho de 1972, às 15h32 (por aí), quando o infame plano de Pruitt-Igoe, ou melhor, vários de seus blocos de lajes receberam o golpe da graça final pela dinamite”.

14 The Pruitt-Igoe Mith, direção Chad Freidrichs (EUA, 2011)

15 Tradução própria a partir do áudio do filme mencionado.



Fonte: CAUS et. al. Plano de trabalho para Plano Urbanístico Comunitário.

brasileira: produção padronizada e em escala, em local ermo, distante de tudo, em cidade da periferia da metrópole pernambucana, para abrigar famílias que provinham de diferentes regiões e que apresentavam capacidade de endividamento. 2.208 apartamentos em setenta blocos com térreo mais três pavimentos, construídos em região que àquela altura não era dotada de infraestrutura e equipamentos públicos. O processo construtivo para a produção em escala industrial era a alvenaria estrutural, em Pernambuco batizada “prédio-caixão” pelo seu caráter monolítico. O sistema não foi convenientemente adaptado ao solo mole da região. Ainda nos anos de 1980, um blocos foi interdito e demolido.<sup>16</sup>

Paradoxalmente, o fracasso do Pruitt-Igoe foi o sucesso da Muribeca. Se o controle dos órgãos públicos sobre a vida das famílias de pretos pobres estadunidenses que moravam no empreendimento chegava ao ponto de fiscalizar se as cores brancas das paredes internas dos apartamentos eram modificadas ou de exigir que casais se separassem para evitar que homens ocupassem as novas unidades,<sup>17</sup> no caso brasileiro, foi o descontrole que fez aquele assentamento inventado pelo Estado se transformar em cidade, bem ao estilo

da urbanização na periferia do capitalismo. Ao longo dos anos, as árvores cresceram, amizades e amores se fizeram e desfizeram, nos apartamentos, corredores, escadas e ruas do bairro. Puxadinhos e puxadões nasceram, lajes e paredes anexas aos prédios, casas que se implantaram por entre os edifícios, algumas com comércio e serviços que atendiam à demanda cotidiana das pessoas: cabeleireiro, oficina mecânica, mercadinhos, botecos, *lan-houses*. Os ônibus, que passavam a mais de dois quilômetros do conjunto na época da inauguração, começam a circular pelas ruas do conjunto e chegam a uma espécie de terminal, onde estão os comércios de maior porte. Escolas e outros equipamentos públicos são construídos e começam a funcionar. Três assentamentos populares surgem “espontaneamente” e configuram a Muribeca como um bairro mais complexo do que aquele que tinha nascido na prancheta do planejador: Loteamento Brasil Novo, Brasil Novo e Nova Muribeca se somam às habitações do conjunto.

A favelização salvava a Muribeca.<sup>18</sup> Mais de três

16 CAUS; ESUDA; STM. **Plano de trabalho do Plano Urbanístico Comunitário**. Recife, maio, 2019

17 Conforme depoimentos constantes no filme *The Pruitt-Igoe Myth* (op. cit).

18 Numa crítica bastante pertinente à forma conjunto habitacional, André Carrasco organiza o discurso corrente que a tecnocracia arquitetônica mobiliza na crítica à ocupação dos conjuntos: “as famílias sempre serão grandes demais, as unidades habitacionais nunca serão consideradas pequenas; qualquer intervenção dos moradores no espaço construído será tomada como impertinência de leigos, que insistem na “favelização” dos conjuntos, e não como reação a um projeto

décadas em que “a comunidade foi protagonista no seu processo de desenvolvimento e consolidação, numa força-tarefa de anos com vistas a oferecer uma melhor qualidade de vida diante das rígidas condições encontradas a partir da ocupação do Conjunto”.<sup>19</sup>

Em 2005, um laudo técnico do Instituto Tecnológico de Pernambuco proibiu a utilização da técnica da alvenaria estrutural em toda a Região Metropolitana em função de problemas construtivos que surgiram em vários conjuntos habitacionais. Esse laudo “condena” (à morte) edifícios construídos, como se

se os moradores de outrora serão atendidos ou se a área toda deverá ser transformada em um parque.

Na visita de setembro, chego a esse bairro no carro com Manoela e Vitor. Passamos pelas ruas com alguns comércios abertos, um boteco ali, uma oficina mecânica aqui, algo aparentemente natural para um sábado no fim de tarde. Vamos direto para uma espécie de largo com comércios mais movimentados, onde encontraríamos um dos moradores do movimento *Somos Todos Muribeca*. Ao rés do chão, parecia apenas uma cidade pacata. Os puxadinhos preencheram os vazios daquela implantação tipicamente



Figuras 6: Muribeca em 2013 e 2019 e a extinção de uma das quadras do conjunto

não fossem habitados por pessoas (vivas). Não se conhecem levantamentos específicos para cada prédio, não há debate público sobre alternativas de recuperação estrutural ou sobre os impactos da demolição. Somam-se argumentos ambientais, baseados na localização do conjunto na bacia do baixo Jaboatão e na cota de implantação que está abaixo da cota de inundação dos canais Mariana e Três Carneiros, apesar de não haver relatos concretos de inundação no bairro. Em 2009, cinco blocos começam a ser desocupados; em 2015, todos os apartamentos já estavam vazios; no final de setembro de 2019, praticamente metade dos blocos já estava demolida; em fevereiro de 2020, apenas um bloco está em pé. É o que resta de memória construída do que aquele bairro já foi. As casinhas construídas naqueles interstícios também foram condenadas e demolidas, e a Muribeca é hoje os bairros que foram construídos de dentro para fora. Acordos judiciais lidam com as condições de indenização para os moradores, além do pagamento de auxílio-moradia, enquanto a burocracia decide se aquele grande vazio pode abrigar um novo conjunto habitacional,

incapaz de incorporar diferenças”. André Carrasco. “O conjunto habitacional como expressão da desigualdade urbana”. São Paulo: Anais 3º CIHEL, 2015.

<sup>19</sup> CAUS et al. Plano de trabalho do PUC, p. 6.



Fonte: Google Earth, acesso em outubro de 2019.



Fonte: Fotos de Manoela Jordão (acervo CAUS).



Fonte: Fotos de Jonatha Lima (Coque Vídeo).



Área onde estava implantado o conjunto, resta apenas um bloco em fevereiro de 2020 (Fotos do autor).

### Figuras 7 Demolições na Muribeca em meados de 2019

modernista. Vitor e Manoela chamam atenção para os seguranças. Homens uniformizados se postam à frente dos prédios, impedem que sejam reocupados. Olho para cima e percebo os vãos de janelas sem esquadrias. Em alguns poucos há ainda uma roupa pendurada, um varal. Mas essa é uma imagem rara, uma exceção. As paredes estão escurecidas pela umidade e pelo mofo. As imagens das *slums* e de Pruitt-Igoe, favela e demolição, se misturam no nosso modernismo rebaixado. Desde o largo se veem algumas máquinas trabalhando. Escavadeiras e carregadeiras movimentam o entulho, a metralha. Fazem uma espécie de deslocamento militar. Trabalho intenso para um sábado à tarde, e mais uma quadra toda vai sumindo do mapa. É terror em larga escala, se comparado ao que tinha acabado de ver em Caranguejo.

Vamos até a sede da associação que fica em uma das comunidades circunvizinhas. Lula nos recebe e fala dos planos para a sede e para a associação. Fala da possibilidade de ampliação vertical: “o céu é o limite”. Eu penso no sentido de uma associação de moradores em um território em desocupação, sem moradores, e em processo de extinção. Mas Lula mora lá e dá os números: as 2.208 unidades estão desocupadas, cada família ganha pouco mais de novecentos reais de auxílio-aluguel e mantém a expectativa de receber indenizações em torno de, pelo menos, trinta mil reais, além de danos morais entre outras estratégias que os advogados vêm mobilizando, individualmente. Uma indenização que só virá depois que todos os prédios forem demolidos, de acordo com a decisão judicial. E a prorrogação das indenizações se soma aos procedimentos do tal “manual (tácito) da remoção violenta”. O destino da área é incerto e a ausência de informações também compõe esse manual. Hipóteses conspiratórias de interesses de empresas de logística na rota do aeroporto do Recife até Suape ou de interesses de empreiteiras que vêm construindo novos conjuntos habitacionais no entorno não podem ser

descartadas. Tudo é possível numa situação em que nada faz sentido (ainda). Demolir mais de duas mil unidades, depois que se consolidaram, gerando toneladas e metros cúbicos de entulho processado no meio do bairro habitado e transportado para aterros da região; pagar auxílio-aluguel a um custo de mais de dois milhões de reais por mês; manter um contrato com uma empresa privada de segurança que tenta evitar a reocupação, pelo menos setenta homens, 24h por dia, sete dias por semana; indenizar as mais de duas mil famílias que adquiriram seus apartamentos com financiamento do BNH. Não há racionalidade econômica, ambiental ou social que justifique o porquê de não se priorizar a recuperação, a melhoria, as pessoas.

Aquela cena seria, então, a manifestação mais evidente da falência do nosso modelo de desenvolvimento habitacional baseado na construção em escala? O início da desocupação e da demolição seriam hora, dia, mês e ano do fim do modernismo rebaixado tropical? Não exatamente. Os assentamentos do entorno, a expressão máxima da favelização, muito mais próximos dos canais, não estão em questão por enquanto. Muitos moradores ainda vivem o luto do bairro que já se foi e que imaginam ser possível reconstruir, enquanto se distraem com a sua própria insegurança, com uma possibilidade não remota de que os três assentamentos também se tornem pó. São áreas que se adensaram com a demanda de aluguel criada pelos pagamentos de auxílio às famílias desalojadas. Porque a Muribeca é tudo: é o conjunto que foi desaparecendo e são as favelas que salvam, de novo, o conjunto. A produção mais formalizada, toda estruturada pela política pública, sumiu nas nuvens de pó. Foi e está sendo respirada pela favela. As demolições são menos cinematográficas que as implosões em St. Louis, que foram as primeiras a serem televisionadas nos Estados Unidos, mas Koyaanisqatsi ainda conviria como trilha sonora.

## PÓ, LAMA E 'CAUS'

Lula, liderança da Muribeca, grava um vídeo com seu celular, mostrando como a movimentação e processamento da metralha levanta o pó, o tempo todo. Na narração ao vivo, ele se ressentido de que a demolidora não jogue água para baixar a poeira e tornar menos sofrida a vida dos moradores das casas que circundam a área onde antes havia prédios. Mas Recife é água! E, em Jaboatão, a água subterrânea que torna o solo mole e que condenou os prédios ao desaparecimento não pode ser utilizada para baixar a poeira.

Quando saímos de Caranguejo, nos metemos por entre as vielas para chegar a algumas palafitas. São poucas. Karina, em diálogo que mantivemos sobre tudo o que vimos juntos naquelas poucas horas no fim de setembro, me lembra que elas “fazem lembrar como aquele lugar nasceu, que foi ensecado, que Recife é água, que àqueles moradores só lhes resta se assentar em palafita, rústica, insalubre, porque a ‘parte que lhes cabe naquele latifúndio’ (como disse o pernambucano João Cabral de Melo Neto) é um pedaço de água”. Um rapaz sai de um cercado descoberto onde havia uma mesa e alguns utensílios domésticos. Ele conversa conosco como se estivesse à porta da sua casa, mas não há porta e a água está pela sua canela. Ele se desculpa por não nos convidar a entrar, porque a maré sobe no fim da tarde, e falamos com ele separados pela água, pela lama. “Voltem sempre”, nos despedimos.

De saída da Muribeca, pergunto para Lula o significado do nome do bairro: “é uma palavra de origem indígena que quer dizer ‘mosca impertinente’”. Penso que toda mosca já foi larva, crescida na água, e que a muribeca poderia ser a “mosca na sopa”, conforme cantou o baiano Raul Seixas, para que um projeto de desenvolvimento no eixo do porto de Suape se realizasse. A lama é o habitat do Caranguejo, e esse animal já foi símbolo do *mangue-beat*, a mais importante cena musical brasileira nos anos 1990. Entre a lama sob nossos pés e o pó que paira no ar, entre o caranguejo e a mosca, seres humanos.

Sinto-me conectado a essas pessoas, afeto-me por esses “corpos que quebram”, que são demolidos, aterrados/desterrados, afogados. Porque “não há política sem incorporação, pois só um corpo pode afetar outro corpo”, sou “sujeito em regime de afecção”, com meu próprio “corpo despedaçado” que me leva a “pensar sínteses de maneira completamente novas”.<sup>20</sup> Sofro com elas e me sinto irmanado na luta, na re-

sistência, na sobrevivência. Como brasileiro, estou marcado por “um século de favela”,<sup>21</sup> uma tipologia inventada como foram inventadas as regiões desse país continental, que nos unem, mais que separam. A favela é diferente na Ilha do Retiro ou em Jaboatão, mas, como também me lembrou Karina, “poderia ser no Rio, São Paulo, em qualquer lugar do litoral ou na hinterlândia do Brasil”. Estou marcado pela musicalidade de baianos, pernambucanos, pelas ideias de pensadores quilombolistas universais, cineastas, cancionistas, poetas e educadores, que por acaso nasceram naquelas terras; marcado também pelas palavras ditas por pessoas que não têm leitura, pelas suas vozes mansas ou potentes, pelos olhos e abraços dessas pessoas.

O álbum *Da lama ao caos* me apresentou a Recife, lá nos anos 1990, quando ainda me formava arquiteto. As pessoas arquitetas da CAUS me apresentaram à lama e ao pó que a região metropolitana de Recife produz trinta anos depois e me confirmam a única certeza de estar sempre em formação..

## REFERÊNCIAS

- CARRASCO, A. “O conjunto habitacional como expressão da desigualdade urbana”. São Paulo: **Anais 3º CIHEL**, 2015. Disponível em [http://labhab.fau.usp.br/3cihel/?page\\_id=575](http://labhab.fau.usp.br/3cihel/?page_id=575), acesso em outubro de 2019.
- CAUS; ESUDA; STM. **Plano de trabalho do Plano Urbanístico Comunitário**. Recife, maio, 2019
- MENDONÇA FILHO, K; DORNELLES, J. **Bacurau** (Bra, 2019, 2h 12 min)
- REGGIO, G.; FRICKE, R.; GLASS, P. **Koyaanisqatsi** (EUA, 1982, 1 h 27 min)
- FREIDRICH, C. **The Pruitt-Igoe Mith** (EUA, 2011, 1 h 23 min)
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1989.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 44ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- PEABIRU. **É o que eu penso e é o que eu vejo** (Bra, 2017, 26 min).
- SAFATLE, V. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2ª ed. São Paulo: Autêntica, 2018.
- SANTOS, A. B. “Somos da terra”. **Piseagrama**. Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, 2018. Disponível em <https://piseagrama.org/somos-da-terra/>, acesso em outubro de 2019. ■

20 Vladimir Safatle. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2ª ed. São Paulo: Autêntica, 2018. “Da arte de ser afetado por corpos que quebram”, p. 95-96.

21 Conforme título do livro organizado por Alba Zaluar e Marcos Alvito.